

# Valorização e Preservação do Patrimônio Cultural e os desafios da contemporaneidade

**Fernanda Borges de Moraes\***

**Paula Gomes Cury\*\***

## **Introdução:**

O tema patrimônio cultural bem como sua valorização/preservação tem instigado vários estudiosos, atentos aos efeitos provocados a partir das tensões entre as vertiginosas transformações inerentes à contemporaneidade nas várias escalas e dimensões que compreende a vida dos indivíduos e suas expressões no tempo e no espaço. Tal temática vem sendo tratada como pauta importante nas discussões que abordam a forma de uso e apropriação dos patrimônios materiais e imateriais, consagrados ou não.

A tensão existente nos processos historicamente construídos, e resultantes da relação entre o homem e a natureza é indiciária da emergência em tratar seus efeitos perversos diretamente implicados no destino da produção do espaço e sua apropriação pelos que nele habitam e transitam. Essa questão vem se agravando ainda mais com o aumento do domínio do homem sobre a natureza e suas propriedades, que no passado, ora se mostrava utilitária, ora recompensadora das agruras e desafios na sua ocupação e adaptação às necessidades humanas. Ao longo da história, a ação do homem se revelou a partir de diferentes interesses em relação ao meio em que pretendia se instalar. Assim como os aspectos vinculados à sua sobrevivência, (trans)formou, destruiu e também preservou deixando sua marca – que pode ser melhor sintetizada como registro de sua cultura (BOYER, 1996).

O espaço entendido dessa maneira, socialmente produzido, encontra-se submetido às necessidades e desejos da sociedade. O tempo como categoria analítica capaz de anunciar (senão denunciar), as ações e eventos que tem como suporte o espaço, é

---

\* Doutora em Arquitetura e Urbanismo, USP (2005). Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais nas áreas de História de Minas Gerais e Projeto urbano. [fernanda.borges.moraes@gmail.com](mailto:fernanda.borges.moraes@gmail.com)

\*\* Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, UFMG (2011); Especialista em Projetos Sociais em Áreas Urbanas (FAFICH/UFMG, 2009) e Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Inst. Metodista Izabela Hendrix (2003). [curypaula@hotmail.com](mailto:curypaula@hotmail.com)

responsável pelo transcurso, pela trama que a materialidade vai assumindo e imaterialidade que nele se manifesta. (HARVEY, 1992)

Uma vez isso compreendido, é possível discutirmos sobre as transformações e permanências que o homem foi capaz de engendrar no espaço, e que na contemporaneidade, é decisiva como suporte analítico às reflexões acerca da preservação do patrimônio.

### **Desafios da Contemporaneidade: as transformações e as permanências nos e dos lugares**

A percepção dessas mudanças vem sendo cada vez mais dificultada pela própria natureza acelerada dos eventos e das ações engendradas em tal contexto. Se antes, o ritmo era mais lento e talvez mais uniforme para as diversas atividades humanas, hoje a simultaneidade de tempos de diferentes velocidades (do trabalho, do lazer, do mercado, da política, da natureza) convive no espaço gerando várias realidades (alcançando até hiper-realidades e virtualidades, que independem da fixidez no espaço para acontecerem). Para Milton Santos (1996), essa pluralidade de tempos é melhor descrita por “tempos dentro do tempo”, tal é a velocidade com que as coisas vem ocorrendo.

Mudanças na relação entre os limites espaciais e temporais – características dessa contemporaneidade – implicam a dificuldade em distinguirmos fantasia de realidade, pelos próprios procedimentos empreendidos na simulação dos eventos e ações para a produção de lugares e realidades outras (SANTOS, 1996)

Os efeitos característicos da contemporaneidade são, pois, avassaladores. Movidos pela introdução de meios informacionais de ponta aliados às inovações tecnológicas de difusão, modificam as formas de comunicação/relação dos indivíduos entre si e com o espaço pela variedade/multiplicidade e velocidade com que elas se desenvolvem, imprimindo fortes reflexos sobre a maneira de ser e estar no mundo.

Esse tempo acelerado vem, nesse sentido, desafiando sobremaneira as oportunidades de permanências das coisas no tempo e no espaço. O alto giro com essas coisas do mundo contemporâneo vem adquirindo na produção cada vez mais criativa dos meios de comunicação (no sentido de favorecer os fluxos), compromete substancialmente as possibilidades de fixidez das informações e impressões subjetivas dos indivíduos, com

relação ao desmesurado volume com que são produzidos. Esse incrível volume de (re)produções (informações, objetos, ações, eventos) associado à velocidade com que acontecem, desafia os sujeitos nas suas capacidades de discernimento face a esse “amontoado”, acumulado no tempo e no espaço, a que todos se encontram submetidos, em menor ou maior grau. Ou seja, a fluidez – garantida pela intensificação dos fluxos e pelas barreiras cada vez mais enfraquecidas – foi e está sendo capaz de alavancar processos de trocas as mais diversas (das econômicas e políticas às da área científica, informacional e cultural) nas quais a ocorrência de *hibridismos* torna patente a complexidade assumida nesse novo formato de interação do sujeito com o meio no qual faz e é parte (HANNERZ, 1997).

A produção desses *hibridismos* só foi possível graças à somatória desses efeitos próprios ao fenômeno da contemporaneidade, podendo ser sintetizada da seguinte maneira: a fluidez d(n)os espaços, permitida pela noção de encurtamento das distâncias, penetra fronteiras cada vez mais enfraquecidas, e intensifica trocas cada vez mais numerosas através de dispositivos de alta velocidade e resolução. A(s) resultante(s) desses inúmeros, frenéticos e freqüentes “cruzamentos” denota o caráter múltiplo com que somos bombardeados e forçados a “digerir”.

Por essas várias razões, pode-se depreender que as oportunidades e qualidades dos contatos dos indivíduos com o mundo que os rodeia se tornaram bastante superficiais e fugazes. Nesse sentido, as experiências dos sujeitos nos (e a partir dos) espaços deverão contar com alguns “quesitos” básicos para que eles possam significá-los em *lugares*. A natureza dos espaços construídos, formalmente configurados à passagem ou permanência, é combinada com a disponibilidade dos indivíduos em desfrutar esses *lugares* (MORAES, 1998).

À medida que a circulação nas cidades contemporâneas se acelera a ponto de não permitir os indivíduos a uma percepção dos espaços pela ativação de seus sentidos, as especificidades contidas nesses *lugares*, deixam de ser notadas pelo simples ato de ignorar, voluntaria ou involuntariamente, as possibilidades de interação com as paisagens e seus *lugares* nela contidos.

Essas mudanças na paisagem urbana e ambiental do mundo contemporâneo, somadas e processadas, vêm ao encontro das reais possibilidades (por ele condicionadas) que os sujeitos disponibilizam para se identificarem com o que dela restou que é, em última

análise, fruto da interação do homem com a natureza e o espaço no decorrer da História. Ou seja, os vestígios e marcas, deixados nesse transcurso do tempo, permanecem a cada momento presente como testemunho da História, até que sejam novamente revistos e modificados, ou mesmo destruído/esquecidos.

A franca mutação acumulada pelos tempos e registrada nos espaços constitui, nesse sentido, em grande desafio à História em organizar eventos e ações de tempos dinâmicos (portanto não lineares) e disponibilizá-los aos sujeitos como instrumento de auxílio à compreensão, no presente, do encadeamento dos fatos não vividos e testemunhados. As informações que lhes são dispostas, construídas a partir de fontes oficiais, é, pois, seletiva, e, portanto, possível de se tornar elitista e fechada. Caberá a cada indivíduo, sob tal contexto, realizar sua própria leitura e significá-la (CHAGAS, 2003).

A memória de cada indivíduo depende, dessa maneira, de toda uma predisposição social e também psíquica e intrínseca ao universo em que eles atuam. No nível psíquico, ela é bastante particular e, como no nível social, pode ser forjada e induzida. Dito de outra forma, a memória pessoal, uma vez mediada por estímulos evidentes e/ou subliminares, é, pois seletiva e, converge na memória coletiva dela dependendo.

Na essência, a memória individual – atuante como dispositivo indispensável à compreensão dessas transformações inscritas nas paisagens – funciona como palco potencial para a geração de registros, que poderão ser estabelecidos por meio de construções de mapas dos *lugares*, da história e das paisagens. O que fica nela retido, como informações, conhecimentos e consciência (advinda da memória coletiva, filtradas e organizadas por ela por meio de categorizações) constituirá o eixo de atribuições que os indivíduos constroem para si próprios e que serão fundamentais na construção de suas identidades. Na medida em que eles dão lógica e inteligibilidade aos fluxos dos acontecimentos, constroem relações especiais com os *lugares* que, uma vez legitimados, os auxiliam a neles si encontrarem. Em suma, tanto a memória individual quanto a coletiva funciona como mecanismos de suporte à identidade (MORAES, 2000).

Daí a convergência dessa tríade – História, memória e lugar – como subsídio à análise dos processos de valorização e reconhecimento que os indivíduos dedicam aos produtos

da História e da memória coletiva e, que se encontram inscritos nos *lugares* e nas paisagens, muitos dos quais alçados ao patamar dos patrimônios oficiais.

Esses esforços de compreensão acerca das forças que a contemporaneidade é capaz de exercer, acarretando sérios impactos sobre as subjetividades e objetividades presentes nos sujeitos e nos espaços, encontram limitações em análises compartimentadas e pouco abrangentes. Apropriações conceituais convergentes das diversas áreas das ciências sociais – antropologia, sociologia, geografia, história, economia, arquitetura, artes, só para citar algumas – contribuem significativamente para esses estudos que clamam por abordagens transdisciplinares. Problematizar e desmistificar o complexo universo que a contemporaneidade implica (e vem implicando) demanda reflexões sobre a constituição das paisagens urbanas e ambientais como tarefa urgente e a que deve ser buscada.

### **Políticas públicas de preservação aliadas ao planejamento e gestão do espaço urbano: limites e possibilidades**

Nesses tempos de intensos fluxos e trocas, de constantes e rápidas mudanças e inovações – fundamentalmente provocadas, como pudemos ver acima, pelos avanços da chamada era informacional e tecnológica – a gestão das cidades e seus patrimônios vem se apresentando como temáticas centrais e complementares no debate acerca das tensões entre esses processos de transformação e as operações de preservação desempenhadas sob tutela dos órgãos de proteção. A conciliação de tais movimentos antagônicos (transformação-preservação) vem, nessa medida, demandando cada vez mais reflexões e ações articuladas entre políticas públicas de preservação, planejamento e gestão do espaço urbano.

Temas como “qualidade de vida urbana” e “direito à cidade” tem se tornado o fio condutor na construção dessas políticas que, nos últimos anos, vem se favorecendo de um crescente processo de consciência crítica acerca dos efeitos devastadores que ameaçam as articulações espaciais, culturais e simbólicas da cidade como um todo e com suas “partes” (MORAES, 2000).

Nesse sentido, a escala da paisagem urbana e ambiental – o mais recente nível de abordagem dos órgãos de proteção – é apontada como campo de ação direta dessas políticas que tem como desafio gerenciar a reestruturação espacial provocada por

processos de fragmentação entre suas partes e a cidade. Sobre esses processos, pode-se dizer que correspondem aos efeitos gerados pelas intervenções no sentido da renovação física, originária de planos “estratégicos” de planejamento e gestão do espaço urbano, que têm como premissa básica, focar em melhoramentos de sua estrutura material, desamparando processos de significação cotidianamente conduzidos pelos sujeitos enquanto usuários e interagentes do espaço em que vivem e transitam.

A esse respeito, convém assinalar que a manutenção dos vínculos, que legitimam a relação identitária dos sujeitos com os espaços, deva prevalecer favorecendo a preservação de suas estruturas como base à constituição de *lugares* de referência social e cultural contra essas intervenções implementadas pelo Estado em parcerias com investidores imobiliários. Ao redesenharem a agenda das políticas públicas, pautadas em propostas de requalificação de espaços, muitos destes projetos introduzem nos *lugares* uma lógica distinta da qual os originou descontextualizando-os de maneira a colocar em risco as propriedades básicas que lhe dão sentido – a carga simbólica que contem e o circunscreve (CASTRO, 1991).

A velocidade e recorrência com que esses projetos são concretizados nas cidades é ainda outro problema que pode acarretar em dificuldades de apreensão “instantânea” dessas mudanças pelos sujeitos que, “hipnotizados” pelas novidades do mundo contemporâneo que lhes são freneticamente lançados, não conseguem se manterem críticos frente à magnitude dos impactos gerados no sistema urbano e local. HARVEY (1992) refere-se a todas essas transformações no espaço urbano como “*processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos*”.

O resultado disso na produção do espaço se assemelha ao efeito de um caleidoscópio que à medida que suas partes modificam rápida e continuamente, perdendo suas articulações com o todo, dificultam leituras cotidianas que os sujeitos dispõem para se identificarem com os *lugares* e seus significados. É importante, pois, que as oportunidades de interação dos sujeitos com os espaços de vivência cotidiana tenham como referência o tempo presente como plataforma de sustentação ao processamento dessas articulações geradoras de significado. Ao se interagirem ativamente com os *lugares* no sentido da percepção atenta e consciente da sua relação existente com a

cidade e entre suas partes, os sujeitos revalidam suas memórias no sentido de operações de reconhecimento das relações já a eles apresentadas.

Os significados acumulados e arquivados na lembrança são parte constituinte, dessa maneira, da identidade que esses sujeitos constroem acerca dos *lugares* e de sua história nas instâncias de sua memória que, por sua vez, é alimentada dos processos de reconhecimento de valor. Identificar-se com determinados valores que fazem ou fizeram parte de suas vidas é, por esse motivo, um mecanismo de sobrevivência que os sujeitos utilizam frente às inexoráveis mudanças no tempo e no espaço a que estão submetidos. Daí o fato da memória dos sujeitos atuarem como mecanismo “regulador” de suas identidades, dando lógica e sentido ao fluxo das mudanças. (MORAES, 1998)

Considerando que a memória pode também ser forjada e imposta por agentes poderosos que dominam as peças do jogo nos direcionamentos dos espaços, a significação dos *lugares* não deveria ficar sob a regência exclusiva do poder público, o qual, de posse dos instrumentos de manipulação, poderá induzir usuários/habitantes à confusão com relação às referências que lhes são realmente significativas. Ao invés, deveriam atuar propondo políticas de planejamento e gestão em consonância com os anseios dos habitantes em relação às especificidades que compõe seus lugares, de forma a convocá-los como parceiros na construção da cidade. (CHAGAS, 2003)

Buscando compreender melhor os meandros das políticas de preservação e recuperação/restauração dos bens de interesse cultural, é fundamental refletir sobre suas limitações e constrangimentos de alcance prático assim como as possibilidades que emergiram nos momentos oportunos de adesão dos cidadãos – apontado como um caminho possível em direção à superação de tais obstáculos.

Tendo em vista que os processos conciliatórios entre transformação e preservação foram, ao longo da história, um dos grandes desafios no estabelecimento de parcerias entre partes divergentes em seus interesses, hoje, a questão parece ainda conservar alguns de seus pressupostos.

A questão da viabilidade financeira, assinalado, como fator preponderante à conservação física dos bens de interesse cultural, tanto coletivos quanto individuais, é ainda dependente, na maior parte dos casos, da atuação do Estado enquanto gestor e mediador da preservação desse patrimônio cultural, em sua capacidade de garantir

instrumentos eficazes de preservação e, não menos importante, de negociação entre as partes (CHAUÍ, 1992).

Nesse sentido, a preservação dos bens de caráter privado constitui um de seus maiores desafios. A combinação entre a impossibilidade (prática e financeira) de alguns habitantes de, eles próprios, recuperarem a estrutura física de seus espaços consolidados e, o fato de o Estado agir ainda, em muitos casos, de forma autônoma e restritiva – uma vez dotado do instrumental técnico necessário para a efetivação de suas intervenções – é exemplo claro do risco de sobreposição de seus interesses políticos sobre os da coletividade.

É claro que há circunstâncias em que o Estado, mesmo como representante legítimo dos anseios de uma comunidade, não dá conta de cumprir determinadas demandas próprias do conflituoso panorama que lhe é posto a enfrentar como agente conciliador: a diversidade de interesses competindo em um terreno de disputa e defesa pela renovação urbana de um lado e de outro a (re)integralização dos *lugares* ao sistema urbano e sócio-cultural. Este processo é, por essa razão, complexo e controverso, necessitando de parcerias comprometidas com os sujeitos diretamente vinculados aos *lugares*, não como alternativa momentânea e isolada, mas como um projeto articulado com a política social, para que o destino dos bens seja dessa forma garantido em sua função de demarcadores do tempo e da História.

Em face desses constrangimentos de viabilidade financeira e de disputa por bens de natureza material, apenas o instrumento de tombamento não dá conta de cumprir exclusivamente com sua preservação. Caberia ao Estado (órgãos responsáveis em todos os âmbitos – federal, estaduais e municipais) elaborar um formato de contrapartida eficiente para que os proprietários possam, nesse sentido, contribuir na manutenção de seus imóveis. Ao fazerem isso, estariam impedindo que outros interesses, como aqueles advindos da especulação imobiliária e do uso predatório com fins unicamente turísticos, desmantelem suas possibilidades de permanência de um patrimônio impregnado da carga simbólica de seus usos cotidianos e como referência na paisagem urbana e ambiental. (CASTRO, 1991)

Nessa medida, os instrumentos efetivos da preservação dos bens de interesse cultural como parte das iniciativas articuladas dos órgãos de proteção com os proprietários, na sua proposta de garantir (pelo menos) a conservação de sua materialidade, vem sendo



reformulados pelos técnicos da área que visam por meio do estabelecimento de contrapartidas – como, por exemplo, a isenção de impostos – fortalecerem seus mecanismos de monitoramento. Na prática, o acompanhamento e fiscalização contínuos dos órgãos no tocante ao cumprimento do “contrato” pelos proprietários, pode se tornar bastante dispendioso, configurando-se em um grande desafio em formar equipe técnica suficiente a atender às todas as demandas. Tendo em vista que isso seria realisticamente inviável, os órgãos de proteção lançam mão de parcerias com outras instituições públicas – interfaces com políticas de regulação urbana e dos ministérios públicos dos estados e municípios – como meio de conter forças (principalmente, advindas do mercado) capazes de impulsionar movimentos de transformação descompromissados com a integridade física dos *lugares* e as cargas simbólicas que os sustenta.

Além da questão da garantia de preservação do patrimônio coletivo e particular via estabelecimento dessas contrapartidas, a participação dos habitantes /usuários nos processos decisórios de identificação e legitimação de bens de interesse cultural, sejam eles exemplares ou modestos, constitui-se como outra via possível à preservação. O processo de inventariação conjunta é, nesse sentido, apontado como meio eficaz em garantir a sustentação desse processo de preservação no longo prazo. A partir do momento que os órgãos instituírem o mecanismo de compartilhamento de responsabilidades desde o início, ou seja, permitindo que os cidadãos sintam-se parte dos “patrimônios” que ajudaram a eleger, ambas as partes se beneficiarão, uma vez que neste tipo de parceria a tarefa não deverá ser exclusiva dos órgãos de preservação. (XAVIER, 2005)

Sendo assim, o seu quadro de ação governamental, acrescido desse ingrediente da participação intensa da comunidade, é assinalado por muitos técnicos como o único e seguro caminho no sentido do enfoque recíproco da valorização e preservação. Para eles, para que este projeto seja consistente em sua proposta, a política de preservação deveria, sob tal perspectiva, estar envolvida numa configuração de contribuição mútua com a política social, servindo-a de respaldo para o alcance de mudanças significativas na postura e consciência dos sujeitos. (MENEZES, 1985)

Infelizmente, no Brasil, a política social foi sempre adiada. As demais políticas públicas, principalmente aquelas que dizem respeito à qualidade de vida e o direito à

ela, sofreriam sobrecargas no sentido da responsabilização por procedimentos de inclusão dos sujeitos que a própria política social se ausenta em respaldar.

Nesse sentido, a participação dos sujeitos nos processos tanto de identificação-valorização quanto de preservação propriamente dita, dos bens passíveis em constituir-se patrimônios e dos já consagrados/contemplados, reforça o espírito de comprometimento entre ambas as partes com o destino dos *lugares*.

O caso da preservação-valorização dos bens constituídos como patrimônio coletivo material – os prédios públicos de outrora abrigando museus, sede de autarquias, bibliotecas e demais espaços de promoção da cultura – é uma boa oportunidade que os indivíduos dispõem de integralizar suas experiências em contato com esses espaços via parceria com os órgãos de proteção e tutela. Estes por sua vez, responsáveis em “compartilhar” com a sociedade as produções representativas de tempos passados, assumem o compromisso básico de cumprir com um dos principais aspectos que imperam na questão do direito à cidade: a garantia de acesso a todos os cidadãos.

Há, por essas razões, uma série de possibilidades contidas nessas iniciativas de promoção do envolvimento da comunidade. Além da questão da democratização do acesso como forma de incentivo à participação, os próprios mecanismos de tratamento das informações e conhecimentos herdados, como legado de um passado que participa e comunica com o presente, são apontados como dinâmicas imprescindíveis ao efetivo envolvimento dos cidadãos não só como espectadores, mas como reais atores da cena urbana.

Por outro lado, a hipótese da invenção de um patrimônio tomado como “legítimo” pelos órgãos de proteção pode ser verificada como um viés impositivo na questão da memória coletiva, na medida em que os vestígios da história e dos *lugares*, significantes para os sujeitos, são subsumidos pelos mecanismos utilizados em sua identificação, por exemplo, processos de inventariação de bens sem a participação daqueles que significam seus atributos sociais e culturais. (MENEZES, 1985)

Geralmente, nesses casos, o que acontece é a centralização nas mãos dos órgãos de proteção e tutela da tarefa de eleger e identificar, à medida que tomam como referenciais para a construção de uma memória (e que deve ser coletiva), fatos recortados diretamente da História oficial e recolocados para a sociedade como produtos, prontos e acabados, reificados ou coisificados, enrijecendo os caminhos

possíveis que os sujeitos desempenham na articulação dos elementos que constituem os bens – seus símbolos e sua ambiência (como parte dos processos de reconhecimento e valorização). O fato dos indivíduos atuarem nos espaços como interagentes de suas propriedades qualitativas, legitimando-os a partir do valor associado ao uso que lhes atribuem e tomando-os enquanto seus “patrimônios”, auxilia na compreensão de que as tentativas de imposição de uma memória e identidade que tenham como referencial uma realidade hegemônica, deva ser confrontada e questionada, nos méritos de suas definições político-ideológicas.

Em suma, as limitações práticas e objetivas, a que os patrimônios culturais – em suas diferentes escalas e dimensões – se encontram submetidas, originam-se do fato de estarem cada vez mais vulneráveis às decisões políticas e aos movimentos do mercado. Os objetos do patrimônio material de um lado, carentes de recursos que garantem sua integridade física e os de caráter imaterial do outro, dependendo das crenças e valores que legitimam sua existência, encontram-se, nesses tempos, numa encruzilhada de interesses diversos.

Fica evidente, para o caso dos patrimônios coletivos, que a viabilidade econômica para renovar os espaços da cidade – onde se encontram os elementos definidores de sua paisagem, como os “monumentos” e marcos culturais – esteja depositada nas mãos do Estado, e na sua capacidade de articulação com parceiros do poder público e, agentes privados, deixando os processos de reconstituição/restauração da integridade física dos espaços e dos bens isolados (da arte e arquitetura) ao sabor de suas providências. Nesse sentido, a necessidade de uma mudança na ótica dos técnicos no sentido de prescindir de grandes projetos de restauração, estaria pautada na capacidade de investirem mais na elaboração de diferentes mecanismos de conservação. A manutenção regular e comprometida pelos órgãos de proteção e tutela em parcerias com usuários diretos dos bens evitaria, dessa maneira, recuperações dispendiosas e onerosas de uma só vez, das quais poucas seriam factíveis. (MENEZES, 1985)

Nas últimas décadas, em função de razões diversas, um crescente volume de projetos de revitalização e renovação urbana<sup>1</sup> são propostos e concretizados como solução à

---

<sup>1</sup> Para um panorama acerca das tendências que definiram os direcionamentos de tais programas de renovação urbana, ver artigo de Maria Thereza D. Paes Luchiari - *Centros Históricos: mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano*, no qual a autora, além de destacá-los os analisa criticamente problematizando as contradições sócio-espaciais inerentes a tais programas, com o intuito de desmitificar o caráter instrumentalista das políticas que os balizam.

degradação e abandono a que se encontravam os espaços da cidade e seus patrimônios. Em tais circunstâncias, os impactos sobre as estruturas constituintes dos *lugares* – mediados pelas propostas de requalificação dos espaços (subtendendo-se aí o julgamento de que os desqualificam) – privilegiaram exaustivamente a *imagem* desses espaços em detrimento dos atributos vinculados às suas propriedades qualitativas (símbolos e ambiência).

A paisagem urbana e ambiental, sob tal perspectiva – como recorte espacial de articulação entre as “partes” da cidade e o todo – ganha uma questionável dimensão nesses projetos a partir do momento que é colocada em exibição e “pronta” a ser consumida pelos usuários via experiência imagética. Enquanto mercadoria, os elementos que a compõe, como a arte, a arquitetura e os espaços da cidade em conciliação com o meio natural, sob rótulo de símbolos vendáveis, são alterados em suas bases físicas e simbólicas, afetando conseqüentemente em suas dinâmicas de construção de valores identitários. (MORAES, 2000)

Não obstante, os leigos, que também vêm construindo uma concepção própria de patrimônio, a partir de princípios nem sempre claros e por meio de uma diversidade de ferramentas, tratam, com grande frequência, o tema patrimônio cultural sob categorias classificatórias como o de “histórico” que, na medida em que são influenciados pelos próprios meios de comunicação, sentem-se seduzidos pelas estratégias de marketing pelo exótico, porque antigo. Nesse sentido, os aspectos persuasivos que eles imprimem na divulgação e promoção do patrimônio cultural consagrado e suas efemérides são balizados por essas estratégias intencionadas a incrementar os bens na forma de atrativos diretamente focados aos visitantes – que, em sua grande parte e, por força de hábito, acabam consumindo pela experiência superficial das imagens fetichizadas.

Os órgãos de turismo são, também por essas razões e nessa medida, os grandes responsáveis pela concepção e articulação de suas ações com agências de divulgação e fomento. Estas, por sua vez, na medida em que tomam de assalto os recursos patrimoniais(veis) disponíveis em determinado território como atrativos ao consumo e ao lazer, restringem o sentido do uso do patrimônio esvaziando sua essência em nome de atributos como o de sofisticação, exotismo e singularidade.

---

*Refuncionalização* é o termo, por ela sugerido com vistas a superar as limitações e equívocos dos demais termos, até então usados para caracterizar tais programas (a citar: requalificação, revitalização, renovação, gentrificação, enobrecimento, etc).

Esse movimento perverso, melhor caracterizado como euforia mercadológica, tem, nos últimos anos, incentivado a capitalizar tudo o quanto possível, induzindo os usuários a experiências fugazes e superficialmente proveitosas, ao mesmo tempo em que privilegiam versões “mais palatáveis” para atendê-los na condição de consumidores.

Por tudo isso, as oportunidades de experiências vivas nos *lugares* e, com as qualidades que o legitimam, se vêem, nessa medida, comprometidas por tal lógica pelo simples fato de ocultarem, em muitos casos, os conflitos e contradições inerentes a ela e por inibir possibilidades de contato e diálogo com os atores-personagens – os sujeitos que habitam esses *lugares* e que participam de sua história e criações.

### **Considerações finais**

Considerando que os processos de valorização do patrimônio e de sua parceira, a preservação, já são por si só complexos e controversos – e isso pelo simples fato de competir uma série de interesses nas próprias instâncias de fomento e divulgação – o mundo contemporâneo vem intensificando a complexidade de tais processos de interação do homem com o espaço ao promover (e, em certos casos, estimular) mudanças contínuas sob culto à inovação e a favor do progresso tecnológico e informacional. Como reiterado anteriormente, tais circunstâncias temporais (senão históricas) vem igualmente dificultando sobremaneira as possibilidades de compreensão e apreensão dos indivíduos com as criações humanas, uma vez que as oportunidades de interação com e sob essa dinâmica frenética da contemporaneidade são cada vez mais reduzidas e até mesmo inibidas.

Numa tentativa de sintetizar a presente discussão acerca do inexorável conflito entre transformação e preservação, pode-se dizer que, a espetacularização proporcionada pelas imagens; a supremacia do consumo em detrimento da experiência-reflexão; a fugacidade e a efemeridade de dinâmicas cotidianas cada vez mais aceleradas, compõem alguns dos ingredientes que vem influenciando substancialmente a natureza das relações do homem com suas heranças, de maneira a torná-las cada vez mais esvaziadas de significados. Nesse sentido, a natureza rasa e rasteira com que essas relações acontecem, aliada à falta de oportunidades de experiência no e do *lugar* –

uma vez mascarada por imagens, fotografias assim como outros tipos de (tele)manipulações – urge por processos outros que provoquem interações vivas e dinâmicas dos indivíduos com seu entorno, dando-lhes oportunidades de vislumbrarem outros sentidos em suas vidas.

É entendido, como ressaltado previamente, que o sentido e a validade da memória – também percebida como suporte e mediadora da identidade – se encontram atrelados a processos interativos que as próprias ações educativas de fomento à valorização e preservação do patrimônio de posse desse instrumental teórico de base, deverão por em prática. Apesar do fato da memória e identidade se constituir, na contemporaneidade, de forma múltipla e fragmentada, estas ainda se apresentam, para as diversas possibilidades de ações educativas, como elementos de base e propulsores de processos de significação do mundo à sua volta, cujas propriedades qualitativas deverão representar referenciais dos valores histórico, artístico, natural e cultural que encerram.

#### **Referências Bibliográficas:**

ABREU, REGINA; CHAGAS, MÁRIO (Orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. RIO DE JANEIRO: DP&A, 2003.

ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BEZERRA, M. . **ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO**. in ABRANTES, Vera Lúcia (Org.) **Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados**. Goiânia: Goiás. Superintendência do Iphan de Goiás, 2008. 132p.

BOYER, M. CHRISTINE. **The city of collective memory: its historical imagery and architectural entertainments**. CAMBRIDGE ; LONDON: MIT, 1996. 560P.

CASTRO, Sonia Rabello de. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico**. In: O Direito à Memória. Anais do Congresso Internacional: “Patrimônio Histórico e Cidadania”, promovido pelo Departamento do Patrimônio Histórico – Secretaria Municipal de Cultura, 1991. PMS, São Paulo, 1992.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2001.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-chave da Antropologia Transnacional**. In *Mana: Estudos de Antropologia Social*, vol.3, no. 1, 1997.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992. (partes 3 e 4).

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981. 115p.

LUCHIARI, Maria Thereza; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Célia (orgs.) **Patrimônio, Natureza e Cultura**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997 (1985).

MENEZES, Ulpiano Bezzerra de. **I Encontro Nacional de política cultural: Sessões de debates** / Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura / Imprensa Oficial, 1985.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Reflexões e contribuições para a educação patrimonial**. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte, 2002. [Lições de Minas – volume XXIII – dezembro de 2002].

MORAES, Fernanda B. **O tangível e o intangível: preservação do patrimônio urbano e cultural da pós-modernidade**; V Seminário "História da Cidade e do Urbanismo"; 1998; 1; 1; ; 28; 28; V Seminário "História da Cidade e do Urbanismo"; Campinas; BRASIL.

MORAES, Fernanda B. **Diversidade e fragmentação: pensar a preservação do patrimônio urbano e cultural no planejamento e gestão da cidade**; 7º Seminário de Arquitetura Latino-americana; Sessão temática 2: Teoria, História, Preservação e Projeto na América Latina; 2000.

QUEIROZ, Moema Nascimento. **A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania**. Revista Museu, 2004. <[www.revistamuseu.com.br/artigos](http://www.revistamuseu.com.br/artigos)>. Acessado em 21 de Agosto de 2010.

SANT'ANNA, Márcia. **A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização**. In Abreu, Regina; Chagas, Mário (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo : Hucitec, 1996.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro De. **Preservação e ações educativas – da formação à prática**. In ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. São Cristovão, Sergipe, 2005.